

A APLICABILIDADE DA SEMIÓTICA E SEUS RAMOS NA ANÁLISE INSTITUCIONAL

Carmem Praxedes (UERJ)

Resumos

A semiótica pode contribuir muito para a análise institucional, a partir dos modelos organizados por Pais, 1993. Tais modelos possibilitam ao estudioso da Semiótica uma visão precisa dos percursos a serem seguidos, das relações estabelecidas, dos efeitos de sentido criados. A parte da pesquisa relatada neste trabalho, centrou-se na análise dos discursos manifestos na comunidade dos técnicos-administrativos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, estimulados pela pergunta o que é *Universidade*.

Palavras-chave: Semiótica, Universidade, Lingüística.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Semiótica, entendida como Ciência da Significação, propõe-se a estudar os processos semióticos, ou seja, os sistemas de significação e os seus discursos (microsemióticas), dialeticamente articulados, enquanto processos de produção de significação - entendida como relação de dependência entre o plano do conteúdo e o plano da expressão -, de produção de informação - recortes culturais -, de produção e sustentação de ideologia - sistemas de valores -, examina sua estrutura e funcionamento, no seio da vida social, como mecanismos dotados de retro-alimentação e auto-regulagem, sua mudança no eixo da história, suas relações com a cultura e a sociedade. (PAIS: 1982). A Semiótica é, portanto, uma ciência interdisciplinar, o que se retrata em seus ramos, por exemplo: a Sociossemiótica - o estudo dos discursos sociais não-literários - que objetiva estabelecer uma tipologia. A Semiótica é, portanto, uma ciência interdisciplinar, o que se retrata em seus ramos, por exemplo: a Sociossemiótica - o estudo dos discursos sociais não-literários - que objetiva estabelecer uma tipologia dos discursos; a Psicosemiótica - o estudo das relações entre sujei-

tos e objetos de valor e a Semiótica das Culturas - que objetiva estabelecer tipologias das culturas. O nosso estudo iniciou-se no primeiro ramo citado - o da Sociosemiótica, tendo em vista uma Análise do Discurso Burocrático Universitário: O caso da UERJ (PRAXEDES, 2002). Considerando as limitações e ampliações do estudo, podemos constatar que a partir de uma mesma proposta, com um *topos* tão privilegiado que é a universidade, Arca de Noé das sociedades, faz-se necessário percorrer os diversos ramos da Semiótica, com vistas a desenvolver um estudo que contemple a longo prazo diversas abordagens desse objeto com os seus sujeitos do *fazer*.

INTRODUÇÃO

O célebre lingüista italiano Tullio De Mauro, depois de seu magnânimo trabalho sobre os dialetos italianos, está desenvolvendo uma minuciosa revisão da linguagem da administração pública de seu país:

Il "burocratese" ha le ore contate, parola del Ministro Franco Frattini. Il linguaggio dei vari avvisi di pagamento, bandi di concorso, e comunicazioni varie verrà infatti notevolmente snellito. Con l'obiettivo di tradurre tutti gli atti, appunto, in un italiano più semplice, un gruppo di linguisti avrà il compito di portare avanti il progetto "parlare chiaro". Per loro è pronto un progetto che sarà firmato in questi giorni (<http://it.news.yahoo.com> - 13/03/2002)

A importância de um trabalho em que se proponha revisar as relações institucionalizadas e aparentemente aceitas pela sociedade, como o trabalho que citamos acima, oportunamente sobre a linguagem burocrática, é aquela de tentarmos levar a termo as teorias nascidas no seio da ciência. Há muito é possível observar o questionamento de boa parte da sociedade - tanto leiga quanto iniciada - a respeito da aplicabilidade do produto científico. Muito embora tal aplicabilidade seja claramente percebida pelo pesquisador, para a sociedade como um todo este valor científico só lhe é atribuído no momento em que é notada a possibilidade de mudança com os seus benefícios imediatos.

A universidade é uma instituição secular, se considerarmos como marco de sua origem as universidades de Bolonha, na Itália, e de Montpellier, na França. Como tal, equipara-se à Igreja, principal-

mente, em suas relações que apontam para a manutenção de uma rotina instaurada em suas atividades fins de ensino e pesquisa. Da mesma forma que a Igreja, ela evitou mostrar os seus papéis. Segundo Verger (1996, p.25), somente no século XIV é que surgiram os primeiros documentos (pergaminhos de requerimentos individuais endereçados pelas universidades ao papado, registros de matrículas, sobretudo na Alemanha). O país da burocracia aponta para os caminhos das gestões dos papéis dos quais tanto carecemos para a História das universidades. Mas a quem interessaria conhecer a sua história? Os interesses são vários. Se dissecar um cadáver pode ser um exercício de aprendizagem para o entendimento das anatomias e fisiologias humanas, o conhecer da estrutura e funcionamento de uma instituição, qualquer que seja, poderá propiciar tanto o seu extermínio – colocando mais doença nesse corpo - quanto o seu desenvolvimento se buscarmos a cura para os seus males.

Foi considerando a necessidade de melhor conhecer a universidade e seus atores, com vistas a desenvolver suas atividades fins de ensino e pesquisa, de uma maneira a mais comprometida possível com a sociedade, que propusemos inicialmente um estudo que visava estabelecer uma sociossemiótica do discurso burocrático universitário. No percurso deste trabalho fizemos diversos ajustes, limitando o corpus e, até mesmo, discutindo a adequação do título que oscilava entre o discurso burocrático e o discurso do burocrata. Efetivamente, chegamos a conclusões que julgamos importantes, tais como aquela que aponta para uma relação bastante afetiva entre o técnico-administrativo universitário e o seu ambiente de trabalho. Todavia, tal relação, apesar de estar investida de afeto não se expressa em seu trabalho diretamente relacionada com a qualidade no desenvolvimento das atividades fins universitárias. Urge, de acordo com a pesquisa que fizemos, orientar os técnicos-administrativos para que eles tenham uma visão redimensionada de o quanto são importantes na realização eficiente e, sobretudo, eficaz das atividades fins. Notamos também que a nossa pesquisa foi uma gota em um oceano carente de reconhecer seus atores e actantes, adjuvantes e oponentes. Enfim, de estudá-los sob as mais diversas óticas. Naquilo que nos cabe, vislumbramos na Lingüística e na Semiótica os mais eficazes instrumentos para conduzirmos tal estudo.

Retomando uma questão terminológica apresentada por Janotti (1992) sobre a definição de *universitas* - vista em geral como toda e qualquer corporação de ofício - cabe à *Università degli Studi di Bologna* o merecido reconhecimento enquanto *mater universitas*, ou seja, o de 1ª *Universitas Magistrorum et Scholarium*, à luz da História, foi na Universidade de Bolonha que o *Studium generale* teve sua plenitude, pois esta passou de universidade de mestres para universidade de estudantes, além de ter sido a grande receptora de estrangeiros (*Citramontani* - não Bolonheses e *Ultramontani* - não italianos). Em VERGER (1990, p.38) são expostos os problemas sobre sua origem:

O nascimento da Universidade de Bolonha coloca também numerosos problemas e a narração que dele fazemos (...), segundo alguns trabalhos recentes, não poderia ser considerada definitiva. Como ponto de partida, algumas dessas escolas leigas que, a partir do Século XI, prosperavam em algumas cidades da Itália do Norte. No caso de Bolonha foi de escolas notariais que nasceu a universidade. Essas escolas ministravam um ensino baseado nas Artes liberais, complementadas por algumas noções práticas de Direito, extraídas das leis bárbaras e do Código Teodosiano.

Juntamente com o seu ensino a organização das escolas bolonhesas transformou-se completamente ao longo do século XII. É preciso não esquecer que a cidade de Bolonha esteve, do ponto de vista geográfico, no centro do conflito entre papas e imperadores, estando situada na província de Ravena, capital do antipapa Viberto, mas próxima dos domínios da condessa Matilde e dos estados da Igreja. O resultado foi o rápido enfraquecimento do poder imperial nessa cidade e o desenvolvimento da comuna a partir dos anos de 1116 - 1120. Esta última, nascida originariamente de uma associação privada de proteção mútua, assenhorou-se com bastante rapidez do poder da cidade, entre os quais as escolas, organizaram-se segundo esse modelo ao longo do século XII. Cada doutor formou com seus alunos uma *societas*; num nível superior, é provável que o conjunto de doutores se tenha outorgado também alguma forma geral de associação, mas não existem textos para definir com precisão sua organização e sua cronologia.

Romano (1995, p.10) aborda que a Universidade de Messina, no sul da Itália, assim como as de Catania e Nápoles pertencem ao grupo de universidades que surgiram muito tarde por um ato de fundação de Federico II, diferentemente das Universidades de Bolonha,

Paris e Oxford, que se reuniram para coordenar, renovar e aprofundar as estruturas, as organizações e as formas de ensino presentes nas escolas preexistentes que eram produto de um poder laico ou religioso. Nesta perspectiva, destaca-se a importância das universidades espontâneas que são um centro de cultura e produção do saber. Todavia, sobre as universidades criadas os autores assinalam que longe de serem um centro de estudos e de cultura, elas se limitavam a fabricar juristas e médicos para as necessidades da vida e para o funcionamento do Estado. E no sentido das relações entre classe política, núcleo dirigente, participação dos cidadãos na vida coletiva e centros de produção cultural, a história das universidades pode ser notavelmente instruída.

Em nossos dias também existem diferenças abissais entre as universidades e, atualmente, podemos identificar algumas como empresas educacionais, que tendem a crescer com o aprimoramento e democratização das Tecnologias da Comunicação e Informação.

Contudo, o que nos inquieta é a dinâmica das relações existentes nas universidades que são ao mesmo tempo paraíso, purgatório e inferno, dependendo do momento e da situação em que se encontrem professores, estudantes e técnicos, podendo todos eles serem chamados de universitários. Da mesma forma, ela pode ser Arca de Noé e Torre de Babel, pois, se de um lado traz amostragens valiosas, de outro a comunicação apresenta-se ruidosamente inaudível. A universidade é uma eminente representante das relações humanas e, por isso, ambiente de estudo sedutor para o semiótico.

A BUROCRACIA

Considerando, conforme Pais (1993, p.83), que uma língua natural é antes de tudo uma forma de pensar o mundo, cujo privilégio de seu domínio possibilitou ao homem, além de pensá-lo, usá-lo e, infelizmente, como podemos notar, bastante inadequadamente para o seu próprio bem estar, buscamos, através da análise dos discursos manifestos, estabelecer uma tipologia do discurso burocrático universitário, partindo do estudo de caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Com um *topos* tão privilegiado no que se refere à hierarquia socio-cultural de seus membros, esperava-se que a visão de mundo manifesta apontasse para a superação da cultura dos papéis, privilegiando-se a qualidade do ensino e da pesquisa. Para tanto, entendia-se como condição *sine qua non* a compreensão de universidade enquanto instituição comprometida com o ensino e a pesquisa.

O termo burocracia, conforme Sandroni (1996, p.50) literalmente significa o governo dos funcionários da administração. Inicialmente aplicado ao conjunto dos funcionários públicos, atualmente se refere, genericamente, a qualquer organização complexa, pública ou privada, baseada numa rígida hierarquização e especialização das funções. Nesse sentido o referido autor expõe:

O conflito entre autoridade e competência, nas grandes organizações, tende a ser resolvido pelos mecanismos internos de defesa da burocracia -- normas, hierarquia, especialização -, com freqüente prejuízo da racionalidade e da eficiência, que são a própria razão de ser do organismo burocrático.

As primeiras burocracias surgiram para movimentar o aparelho administrativo dos grandes impérios do passado (China, Assíria, Babilônia, Egito, Roma). Também a Igreja Católica, depois de sua afirmação como religião universal e oficial, desenvolveu um eficiente sistema burocrático, centralizado no poder papal. O processo de consolidação do capitalismo foi acompanhado de intenso desenvolvimento dos mecanismos burocráticos, não só ao nível estatal mas também no plano empresarial. Isso fez com que os cientistas sociais passassem a analisar o funcionamento da burocracia como um fenômeno típico do sistema capitalista, expressão concreta de sua racionalidade. Embora para alguns não haja contradição necessária entre burocracia e democracia, para muitos estudiosos da questão o sistema burocrático é um dos principais impedimentos para o estabelecimento da democracia. No que se refere às sociedades de organização socialista, o fenômeno da burocracia foi analisado por Trótski em sua crítica ao stalinismo.

A teoria da burocracia, desenvolvida por Max Weber apontou as características de uma organização que maximiza a estabilidade e controlabilidade de seus componentes. A burocracia ideal é a que reúne numa organização todos os seus elementos característicos em alto grau. O tamanho crescente das organizações passou a exigir for-

mas de administração não contempladas nas concepções das escolas clássica e das relações humanas. Ou melhor, com o desenvolvimento do capitalismo, as empresas passaram a exigir de seus empregados um comportamento burocrático, no sentido de que cada um é pago para realizar funções definidas. Dessa forma, o exercício de uma função não depende mais da personalidade de quem a executa, e sim das normas e regras predefinidas para a sua execução. O modelo de organização empresarial daí decorrente, se aplicado às empresas, constitui o cerne da teoria da burocracia na ciência da administração.

LEITURA DOS DADOS

Para a elaboração das categorias, levamos em conta as lexias que se encontravam historicamente relacionadas à idéia de universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a cultura, que foram imediatamente identificadas nas fichas. Em seguida organizamos, por campo lexical, outras categorias, como trabalho e casa. De certa forma também podemos afirmar que estas duas lexias acompanham a idéia de universidade no decorrer dos tempos, uma vez que a universidade, enquanto instituição de ofício, é condutora de uma forma organizada de saber com vistas ao desenvolvimento de uma técnica – o trabalho futuro dos jovens que nela se encontram.

A lexia universidade é passível de adquirir o investimento semântico de coisa pública (*Res-*) e, assim, pode ser entendida como a casa de todos os cidadãos. Como a Igreja que com as suas portas abertas estaria à espera de todos os homens da cristandade.

A universidade foi apontada como casa, centro, lugar de cultura, portanto um discurso embreado no espaço, em geral com uma debreagem actancial, pois o sujeito da enunciação raras vezes afirmou: Para mim, a universidade é um lugar de cultura.

É oportuno salientar que, em geral, as pessoas não gostam de responder às perguntas que tratem direta ou indiretamente do trabalho delas. E isso foi bastante notado no decorrer desta pesquisa.

Em “A universidade deveria ser uma casa de cultura” o sujeito enunciativo aponta a finalidade da universidade vista através de um “futuro passado”, como um projeto Brasil, país do futuro. Em

negativa, nota-se o enunciado de um futuro muito desejado, mas ainda não alcançado.

O objeto de valor instaurado – Ov. – é a cultura.

Destinador(D^or)

Objeto de valor (Ov.)

Destinatário(D^ario)

Sujeito (S)

Adjuvante (Ad)

Oponente (Op)

D^ario. Suj.

(Universidade)



D^or.Julgador

(Técnico)

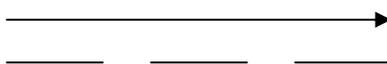


Ov. Cultura

Sanção deceptiva:... deveria ser.

Sujeito em disjunção com o seu objeto de valor.

Univ.(s)



Cultura Ov.)

Para outros a universidade é, efetivamente, um centro de cultura. (Respostas: É um centro cultural; um centro de desenvolvimento cultural e acadêmico). Nesses discursos, o sujeito – universidade – consegue ser um centro de cultura, atingindo, assim, por desempenho, o seu objeto de valor. O sujeito está em conjunção com o seu objeto de valor.

Em a universidade é um centro de desenvolvimento cultural e acadêmico o sujeito universidade alcança o seu objeto de valor – cultura.

Univ.(s)



Cultura(ov.)

Dever-fazer-saber poder-fazer-saber poder-fazer-avançar

A leitura das respostas à pergunta “O que é universidade?”, privilegiadamente daquelas que atribuíram a essa IES a responsabilidade, ou o dever, de produzir, dar espaço a, transmitir, difundir, prover de cultura a sociedade e/ou os cidadãos, aponta, pelo menos, para duas possibilidades 1- Aquela de a cultura precisar ter o seu espaço de preservação, encontro – um centro ou casa de – como pudemos notar nos discursos manifestos; 2- O de a cultura estar cada vez mais afastada do povo, ao ponto de ele não perceber mais que ela lhe pertence.

Na primeira hipótese, e numa sociedade rigorosamente estratificada como a nossa, em estratos graduados segundo os graus de privilégio, propriedade e/ou poder, caberia à universidade a responsabilidade de colaborar com a circulação das informações culturais de uma forma dinâmica, entendendo a produção cultural – não no sentido da *mass-media*, mas enquanto dom comunicativo do povo (*in semiose*) que possui tanto um valor cognitivo – enquanto expressão do saber (sabedoria) empírico de uma comunidade ou de uma sociedade – quanto pragmático, na medida em que seja aceito por toda a população.

Na segunda hipótese seria o produto de séculos de dominação na forma imperialista, cujo principal modelo advém da Roma Antiga.

Assim ratifica-se a visão de cultura enquanto um valor a ser guardado em templos, tais como igrejas, castelos e universidades; lugares secularizados nas mais diversas semióticas – pintura, escultura, arquitetura, vitral, livro.

Sendo a cultura um objeto de valor pouco acessível ao povo, pois a sua produção, divulgação e manutenção é atribuição do outro, resta ao homem simples que pretende ter acesso a ela esperar que a universidade, entre as instituições citadas, abra as suas portas.

CONCLUSÃO

Na análise das fichas-pesquisa pudemos concluir que os poderes temporais e atemporais continuam sendo vistos como os produtores legítimos da cultura. E, até mesmo para o trabalhador universitário, essa visão se mantém. Para os técnicos, Igreja/Governos e Uni-

versidades são os destinadores dos valores culturais e o professor, visto enquanto membro dessas instituições seculares (Igreja/Governo/Universidade), é um adjuvante desses sujeitos, sendo, portanto, considerado um produtor/divulgador de cultura e saber, que é também um objeto de valor para o povo em geral.

Quando a universidade é entendida como responsável pela produção e divulgação da cultura, desconsidera-se que as práticas comunitárias, do folclore aos rituais religiosos não-eclésiásticos sejam manifestações culturais.

Por outro lado, a universidade, não sendo totalmente responsável pela produção cultural, é uma instituição fundamental para sua difusão e aceitação de grupos e práticas inovadores.

Em Certeau (1995, p.192), buscamos uma definição de cultura que entendemos poder colaborar com a reflexão sobre o assunto, numa perspectiva mais tolerante:

Mais do que um conjunto de “valores” que devem ser defendidos ou idéias que devem ser promovidas, a cultura tem hoje a conotação de um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social. Por esse motivo, impõe-se uma operação preliminar que vise determinar, no fluxo fecundo da cultura: um funcionamento social, uma topografia de questões ou tópica, um campo de possibilidades estratégicas e das implicações políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, M. *A cultura no plural..* Campinas, Papirus: 1995.

CHARLE, C & VERGER, J. *História das universidades*, São Paulo: Unesp, 1996.

JANOTTI, A. *Origens da Universidade*. São Paulo:Edusp, 1992.

PAIS, C. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la pro ductivité systémique, lexicale et discursive* (tome I et II) Thèse de Doctorat d’État ès-Lettres et Sciences Humaines. Directeur de Recherche: Bernard Pottier. (Paris, Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), Lille, Atélier National de Réproduction des Thèses, 1993.

———. Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos. *IN: Revista Brasileira de Lingüística*, V. 6, São Paulo: Duas Cidades, p. 45-60.

PRAXEDES, C.L.P. *Sociosemiótica do discurso burocrático universitário- o caso da UERJ.*. Tomos I e II. São Paulo, FFLCH da USP, 2002.

ROMANO, A. *Università in Europa*. Messina: Rubbertino, 1995.

SANDRONI, P. *Dicionário de Administração e Finanças*. São Paulo: Best Seller, 1996.

VERGER, j. *As Universidades na Idade Média*. São Paulo: Unesp, 1990.